



A economia do Brasil colonial na perspectiva de livros didáticos

Carlos Eduardo Piassini*

Resumo: Considerando a importância da pesquisa histórica para a construção do conhecimento histórico, este trabalho visa a se debruçar sobre o conteúdo referente à economia do Brasil no período denominado como Colonial de livros didáticos do ensino público, identificando se os mesmos apresentam, ou não, ideias, estudos e análises realizadas pelos historiadores João Fragoso, Russel-Wood e Stuart Schwartz, em suas respectivas obras, “Principais da Terra, Escravos e República”; “O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro, c. 1690-1750”; “O Brasil Colonial, c. 1580-1750: As Grandes Lavouras e a Periferia”. A realização deste trabalho ocorreu como complemento às atribuições da Monitoria na disciplina de História da Íbero-América A: Colonização Portuguesa, do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, transcorrida durante o primeiro semestre do ano de 2012.

Palavras-chave: Brasil Colonial. Economia. Livros Didáticos.

Abstract: Considering the importance of historical research for the historical knowledge construction, this study aims to look into the content regarding the Brazilian economy in the period as know Colonial of educational books, identifying if it has, or hasn't, ideas, studies and analyses by historians João Fragoso, Russel-Wood and Stuart Schwartz, in their respective works, “Principais da Terra, Escravos e República”; “O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro, c. 1690-1750”; “O Brasil Colonial, c. 1580-1750: As Grandes Lavouras e a Periferia”. This work was in addition to the tasks of monitoring in the discipline História da Íbero-América A: Colonização Portuguesa, from Course of History of the Universidade Federal de Santa Maria, elapsed during the first semester of 2012.

Keywords: Colonial Brasil. Economy. Educational Books.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE TEORIAS ECONOMICAS DO BRASIL COLONIAL

Objetivando o melhor entendimento da História colonial brasileira buscou-se explicar o contexto europeu anterior à conquista portuguesa do Brasil. Durante o século XIV uma série

* História - UFSM e Monitor da Disciplina América Contemporânea II;



de fatores confluíram para a formação das estruturas que caracterizaram a Idade Moderna europeia, sobretudo foi o período no qual a atenção das potências voltou-se para os mares e oceanos e conseqüentemente para as terras até então desconhecidas do vasto e misterioso mundo medieval.

O processo de desarticulação do feudalismo (o sistema de produção baseado nas relações entre Reis, Vassallos e Servos) teve início no séc. XI, mesmo que ainda tenha perdurado por muitos anos. Para tanto, ocorreu certa retomada das atividades comerciais, até então muito reduzidas, impulsionadas não somente pelo esgotamento de terras férteis, que forçou muitos camponeses a procurarem alternativas de trabalho, nesse caso, o comércio, mas também as Cruzadas, que ajudaram na expansão das atividades comerciais no contato com o Oriente, fazendo nascer nos ocidentais mais abastados o gosto pelos artigos luxuosos. Esses fatores constituem o chamado renascimento comercial, em que o movimento de mercadorias fez aumentar o consumo de produtos entre a população, criando locais de venda e compra de produtos, as famosas “feiras”. Champagne, na França, e Flandres, em Bruges (atual Bélgica), foram às principais feiras desse período (FRANCO JR., 1992).

A ampliação comercial acarretou, também, no aumento dos burgos (pequenas cidades), porém a atividade agrária e os feudos ainda existiam em um número grandiosamente maior, caracterizando a sociedade da época como agrária. Outro fator muito importante na crise do feudalismo, e que também teve sua parcela nas reformas protestantes do séc. XVI foi à grande Peste Bubônica, mais conhecida como Peste Negra, que dizimou cerca de um terço da população europeia (FRANCO JR., 1992). Nesse contexto de renascimento comercial, Portugal teve em Flandres e Bruges um dos primeiros estímulos que levaram à sua expansão marítima do séc. XV. Objetivando superar a concorrência desses dois polos comerciais, Portugal passou a buscar novas rotas marítimas para chegar em menos tempo ao Oriente. Essa estratégia foi possibilitada pela vocação marítima portuguesa adquirida ao longo de sua formação.

Portugal teve sua origem atrelada à expansão muçulmana na Península Ibérica, conquistada no séc. VIII pelos muçulmanos. Durante a Reconquista (nome dado pelos cristãos à luta pela retomada dos territórios ocupados pelos muçulmanos) formaram-se reinos católicos no norte da Península Itálica. As terras reconquistadas eram transformadas em condados (territórios administradas por um Conde). Do condado de “Portucale” ou “Portucalense” (séc. IX) originou-se Portugal. Apesar das diferenças religiosas entre católicos e muçulmanos que habitavam a península, os portugueses foram muito influenciados pelas



práticas muçulmanas de comércio e navegação. A economia de Portugal, basicamente agrária (seus principais produtos eram o vinho e o azeite), acabou voltando-se, também, para atividades comercial-marítimas (pesca e comércio de sardinha, baleia, atum, bacalhau), devido ao crescimento de grupos sociais ligados a essas atividades (FAUSTO, 1996).

Durante mais de duzentos anos Portugal foi governado pelos reis da Dinastia de Borgonha. Em 1383, com a morte de do rei D. Fernando, que não deixou um sucessor do sexo masculino, a dinastia de Borgonha chegou ao final, e um embate pela sucessão do trono teve início. A disputa acabou com a vitória de D. João, o Mestre de Avis. Assim, ainda no séc. XIV, graças ao esforço da Dinastia de Avis, acontece um grande avanço no ramo naval português, transformando Portugal em uma referência marítima. A conquista de Ceuta, na costa do Marrocos, marcou o início da expansão ultramarina portuguesa, em 1415. O segundo grande passo foi dado pelo navegador Bartolomeu Dias, que, em 1488, contornou o cabo da Boa Esperança (batizado de cabo das Tormentas). Dez anos depois, Vasco da Gama chegou à Índia. Em 1500, a expedição de Pedro Álvares Cabral aportou no Brasil. No entanto, Portugal somente demonstrou interesse pelo Brasil cerca de trinta anos após a grande viagem de Cabral com o envio da expedição de caráter colonizador, chefiada por Martim Afonso de Souza, a fim de garantir o domínio daquele território ameaçado pela presença francesa. Dessa forma, parte do território que corresponde ao atual Brasil passou a ser explorada pelos portugueses dando início a um complexo processo econômico, social e político que consagrou o período denominado de “Brasil Colônia” (FAUSTO, 1996).

O Brasil até 1530

No início do século XVI, a grande fonte de lucro para os portugueses era o comércio de especiarias do Oriente, por isso o Brasil despertou pouco interesse. O chamado período pré-colonial (1500-1530) caracterizou-se pelo desinteresse dos portugueses em relação à colônia e ao comércio de pau-brasil. A comercialização da madeira do pau-brasil foi a primeira forma de exploração econômica do território brasileiro, sem, contudo, que os exploradores lusitanos estivessem fixados nas novas terras. O pau-brasil serviu de matéria-prima para tinturas, e sua extração era, em grande maioria, realizada pelos indígenas, que trabalhavam em um sistema de escambo, no qual trocavam a mercadoria por quinquilharias dos europeus, como espelhos e colares. Através das feitorias é que os portugueses mantinham contato com os índios e exploravam o pau-brasil, além de que, essas eram entrepostos comerciais destinados ao reabastecimento e reparo de navios. Ainda não se cogitava colonizar



efetivamente a terra. Aliás, nesse período o Brasil (batizado pelos portugueses de terra de Vera Cruz, mas mais comumente chamado de “terra do brasil”, fazendo referência ao lenhador de pau-brasil) tornou-se um simples ponto de passagem para as viagens ao Oriente (PRIORE & VENANCIO, 2010).

Porém, evidenciou-se para a Coroa portuguesa a necessidade de efetivamente explorar e ocupar as terras americanas. Nações de expansão marítima tardia, como a França, contestavam a legitimidade do Tratado de Tordesilhas e, em virtude da inexpressiva presença portuguesa no litoral brasileiro, os franceses contrabandeavam intensamente o pau-brasil, iniciaram também a ocupação do litoral brasileiro. Além do assédio estrangeiro às terras da América portuguesa, os mercados orientais, tão cobiçados por Portugal desde o séc. XV, não auferiam mais tantos lucros. Com isso, abriu-se a possibilidade de implantar uma política efetiva de ocupação e exploração das terras tupiniquins (PRIORE e VENANCIO, 2010, p.41).

Ao contrário da Espanha, que iniciou a exploração do interior de suas colônias, Portugal manteve a exploração quase exclusiva ao litoral, onde bons solos, condições climáticas favoráveis, oferta de mão-de-obra e transporte barato para os portos favoreceram a indústria do açúcar num período de crescente demanda dos mercados europeus (SCHWARTZ, 2004, p.340). Com a criação do sistema de capitânicas hereditárias em 1530 (já utilizado em outras colônias portuguesas da África) e a expedição de Martin Afonso de Sousa, deu-se início à ocupação efetiva do Brasil. Como o litoral brasileiro não apresentava recursos naturais que viabilizassem a exploração extrativa pura e simples, como acontecia no interior das colônias espanholas, com o ouro e a prata, tornava-se uma necessidade a criação de uma empresa colonial lucrativa. Então, a Coroa portuguesa decidiu desenvolver, a partir de 1530, a agroindústria açucareira e produzir açúcar em grande quantidade para abastecer o mercado europeu. O corte e a exploração de madeira prosseguiu durante todo o período colonial. No entanto, a ênfase se deslocou da madeira de tinta para as variedades utilizadas para a fabricação de mobiliário ou a construção de navios (SCHWARTZ, 2004, p.371).

A economia açucareira

Considerando o projeto português de desenvolver a agroindústria açucareira, segundo SCHWARTZ (2004, p.340), o Brasil tornou-se uma colônia de povoamento voltada a abastecer o mercado europeu com produtos tropicais e se caracterizava por um sistema de trabalho com base na escravidão, primeiro dos índios americanos e depois dos trabalhadores africanos importados. A cultura da cana-de-açúcar encontrou nas terras brasileiras, até então



exploradas, fatores climáticos e geográficos que permitiram o sucesso de seu cultivo. Sobretudo, as capitanias de Pernambuco e da Bahia tornaram-se os centros da economia açucareira colonial. A indústria do açúcar, sendo voltada principalmente para a exportação, fez da localização das lavouras próximas dos portos um fator fundamental para o escoamento da produção, bem como, os engenhos situados à beira-mar ou às margens de rios eram sempre os mais importantes.

Analisando descrições da colônia deixadas por observadores no Brasil, SCHWARTZ (2004, p.343-347) traça o crescimento da indústria açucareira entre os anos de 1570 e 1630, indicando diferenças no crescimento em determinados períodos, mas destacando o permanente aumento do número de engenhos no país. Durante a segunda metade do séc. XVI, de 1570 a 1585, teria ocorrido um rápido crescimento do número de engenhos, resultando da contínua elevação dos preços do açúcar no mercado europeu e da disponibilidade de capital para investimento no Brasil, assim como o estabelecimento de um tráfico regular de escravos de Angola e Guiné para o Brasil. No período seguinte, entre meados da década de 1580 e 1612, houve uma redução do crescimento nas principais capitanias produtoras do açúcar. No entanto, a expansão dos engenhos voltou a acelerar no período posterior a 1612, tendo sido estimulada por uma inovação tecnológica: o sistema de três rolos verticais, um novo método de construção de engenhos. A inovação teria reduzido a complexidade da produção do açúcar. O ano de 1630 marcou o apogeu do regime de engenho, mesmo que a expansão tivesse prosseguido nos anos seguintes, nunca mais os agricultores brasileiros estariam livres da competição estrangeira nem o açúcar voltaria a ter a mesma hegemonia nos mercados do Atlântico. Calculava-se haver, nesta época, 350 engenhos de açúcar em operação no Brasil.

O crédito e o capital para a instalação e operação dos engenhos provinham de várias fontes. Houve alguns investimentos diretos por parte de países europeus no séc. XVI, mas não continuou no séc. XVII. Alguns colonos cultivavam outras culturas, como tabaco e mandioca na esperança de acumular com um comerciante local capital ou crédito suficiente para a construção de um engenho de açúcar. Os empréstimos, que vinham de várias instituições religiosas, tendiam a ser contratos de baixo rendimento e baixo risco. Suspeita-se que os emprestadores institucionais preferiam fazer empréstimos para a despesa de capital na instalação de um engenho ou de uma lavoura de cana. Os empréstimos para cobrir as despesas de funcionamento eram de obtenção muito mais difícil. Para os custos operacionais, e para aqueles que não podiam recorrer às fontes de crédito institucional, a alternativa eram os emprestadores privados, sobretudo os comerciantes. Esses encontraram maneiras de obter



taxas de juros muito mais altas. Outra fonte de crédito eram os profissionais urbanos ou outros senhores de engenho, mas esses eram minoria dentro desse ramo (SCHWARTZ, 2004, p.366-367).

O engenho comportava muito mais do que apenas a relação entre patrões e escravos. A necessidade de processar a cana no campo tornava a produção de açúcar uma atividade peculiar, que combinava uma agricultura intensiva com um processo mecânico altamente técnico e semi-industrial, exigindo não só uma grande força de trabalho agrícola para o plantio e a colheita, como também um exército de ferreiros, carpinteiros especializados e técnicos que entendessem as complexidades e os mistérios do processo de fabricação do açúcar. O engenho era ao mesmo tempo uma fazenda e uma fábrica (SCHWARTZ, 2004, p.347-348).

Em relação ao processo produtivo do açúcar, a safra de oito a dez meses de duração era uma característica que distinguia a indústria brasileira e constituía sua grande vantagem, tornando o uso da escravidão propício, pois praticamente não havia “período morto” no ciclo anual do açúcar. Era possível usar os escravos quase o ano inteiro. A produção exigia um trabalho atento para evitar falhas ou excessos e assegurar um nível constante de produção, portanto, cada etapa do processo de fabricação do açúcar (plantio, colheita, moagem, fervura e purga) exigia pessoas habilitadas e experientes. Apesar da presença de trabalhadores livres como artesãos (lenhadores, barqueiros, carpinteiros, pedreiros), engenheiros, gerentes e especialistas, dos custos operacionais anuais, das grandes quantidades de lenha para as fornalhas e do grande número de bois para a energia motriz; a força de trabalho escrava constituía o grosso do custo operacional, no entanto, era à base do engenho (SCHWARTZ, 2004, p.351-352).

A mão de obra utilizada na produção açucareira constitui-se, inicialmente, do trabalho tanto do índio escravo quanto dos trabalhadores sob contrato recrutados nas aldeias controladas pelos jesuítas. Porém, diante de um colapso demográfico causado por epidemias, a aversão do índio ao trabalho na lavoura, a pressão dos jesuítas que levou a Coroa a insurgir-se contra a escravidão indígena, tornou-se mais atraente, ainda que mais cara, o uso da mão de obra africana aparentemente mais forte e mais fácil de controlar. Apesar de tudo, essa substituição foi lenta e não se concretizou totalmente antes da terceira década do séc. XVII, ou seja, a mão-de-obra escrava e indígena coexistiu. O tráfico negreiro foi a alternativa dos agricultores brasileiros, que tenderam a rejeitar o crescimento natural dos escravos nascidos no Brasil frente a alta mortalidade infantil e ao baixo índice de fertilidade. A pronta



disposição do tráfico garantia as “peças de reposição” necessárias ao trabalho nas lavouras, ao passo que os engenhos consumiam escravos, o tráfico negreiro os repunha (SCHWARTZ, 2004, p.351-356).

Outro aspecto importante do engenho diz respeito aos senhores de escravos e seus interesses. Estes homens não viviam isolados e cercados por seus servidores e escravos, desinteressados pelo mundo exterior. Muitos engenhos estavam próximos das cidades portuárias, possibilitando um intercâmbio e movimento constante entre o engenho e a cidade. Assim, muitos senhores tinham residências urbanas. Também investiam em fazendas de gado, em navios mercantes e propriedades urbanas. Logo, não estavam presos às suas lavouras de cana. A indústria açucareira contava, ainda, com a existência dos lavradores, desprovidos de engenhos, mas que forneciam cana para os de outros sob vários acordos comerciais. Entre os lavradores de cana podiam-se encontrar comerciantes, profissionais urbanos, homens de altas patentes militares ou com pretensões a títulos de nobreza (SCHWARTZ, 2004, p.362-363).

Os acontecimentos políticos internacionais sempre influíram na economia açucareira. Pode-se dizer de modo geral que, durante a maior parte do período em discussão (1580-1750), o Brasil defrontou-se com custos crescentes e preços declinantes para o açúcar. Em 1621, com o fim da Trégua dos Doze Anos entre a Espanha e as Províncias Unidas, o Brasil tornou-se o principal alvo de ataques da Holanda, sendo que de 1630 a 1654 os holandeses ocuparam a maior parte do Nordeste brasileiro. O açúcar continuou a ser produzido, mas a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais começou a cobrar os empréstimos que concedera às pessoas que haviam adquirido engenhos durante o domínio holandês. A rebelião luso-brasileira que irrompeu em 1645, foi em parte uma reação a queda do preço do açúcar e aos apertos em que se encontravam os senhores de engenho. Durante a guerra, entre 1645 e 1654 a produção no Brasil foi seriamente afetada.

A destruição e a interrupção causadas pelas lutas prejudicaram seriamente a produção e a exportação do açúcar. Os senhores de engenho de Pernambuco, então, fugiram para o sul, para a Bahia ou mesmo para o Rio de Janeiro levando consigo escravos e capital. No final da guerra, em 1654, quando o Brasil estava mais uma vez sob total domínio de Portugal e seria possível esperar um retorno a sua antiga prosperidade, o quadro econômico do açúcar havia mudado. As colônias inglesas e francesas das Antilhas começavam a concorrer fortemente com o Brasil. A década de 1680 assinalou uma redução profunda das fortunas oriundas da economia açucareira do Brasil. A colônia foi assolada por grave seca que durou de 1681 a 1684, por surtos de varíola de 1682 a 1684 e por uma epidemia de febre amarela de 1685 a



1686. Além desses problemas houve uma crise econômica geral no mundo atlântico após a década de 1680. A irrupção da guerra entre França e Inglaterra em 1689 rapidamente inverteu esse quadro ao passo que a oferta dessas nações foi interrompida e ofereceu ao Brasil preços mais elevados e aumentou assim as oportunidades de colocação de seu açúcar, mas durou pouco. Após 1695, com a descoberta do ouro em Minas, voltou-se a criar uma grande demanda de mão-de-obra no Brasil e os preços dos escravos ficaram elevados. Logo, em 1703 eram continuas as queixas dos senhores de engenho sobre a escassez de mão-de-obra e o alto preço dos escravos. Após 1730, a economia açucareira do Nordeste entrou num período de depressão, que se refletiu em uma produção anual em declínio (SCHWARTZ, 2004, p.366-371).

Atividades Subsidiárias: O Fumo

O produto agrícola mais importante cultivado no Brasil até meados do séc. XVIII, depois do açúcar, foi o fumo, cultivado no Pará, no Maranhão, em Pernambuco e principalmente no sul da Bahia, o centro mais importante dessa lavoura. O seu cultivo, com seis meses de duração, sob condições adequadas oferecia a possibilidade de duas colheitas. Podia ser cultivado com eficiência tanto em pequenas fazendas familiares de poucos acres quanto em unidades maiores, sendo que o fumo exigia um desembolso de capital e de uma força de trabalho menores do que o açúcar, assim como sua preparação era um processo menos complicado e dispendioso.

Por seu caráter associado a menos gastos, o fumo era uma atividade exercida por pessoas de menos posses, até mesmo por escravos em seu tempo livre, em comparação com o açúcar, os tipos e classes sociais produtoras de fumo tendiam a ser de um nível social um pouco mais baixo. Ainda, os gastos em menor escala, atraíam fazendeiros de mandioca e imigrantes pobres de Portugal, além de produtores ricos que combinavam o cultivo do fumo com outras atividades. A cultura do fumo, no Brasil Colônia, é caracterizada por SCHWARTZ (2004, p.375) como “(...) um ramo da agricultura de exportação menos prestigioso, menos caro e menos exclusivamente branco que o açúcar.”.

Atividades Subsidiárias: A Criação de Gado

No século XVI foram introduzidos no Brasil vários tipos de animais domésticos europeus, sendo o gado bovino o mais importante para o trabalho nos grandes e pequenos engenhos, além de oferecer sebo, couro cru e carne em quantidade. No entanto, a presença do



gado a pastar próximo à terra de agricultura causava problemas, então, em 1701 foi proibida por lei a pastagem de gado dentro do perímetro de 80 Km da costa, fazendo os manadas de gado crescerem no sertão, no norte de Pernambuco, nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte e, sobretudo, na região de Sergipe de El-Rei. As sesmarias em que as fazendas de gado se instalaram eram extensivas, excedendo às vezes centenas de milhares de acres. As fazendas de gado do interior tendiam a dividir-se em grandes propriedades, povoadas por vaqueiros e agricultores de subsistência e dominadas por grandes famílias de fazendeiros, frequentemente ligados à elite dos senhores de engenho do litoral. Por seu afastamento dos centros do governo real, os fazendeiros de gado detinham um poder mais irrestrito do que os senhores de engenho. Estudos mais recentes tem revelado que a escravidão foi também uma forma característica de trabalho no sertão, usados como vaqueiros junto de trabalhadores livres (SCHWARTZ, 2004, p.378-380).

Atividades Subsidiárias: A Mandioca

Os portugueses adotaram o cultivo da mandioca, principal produto dos índios, quando perceberam que grãos com os quais estavam acostumados não floresciam nos trópicos. Em regiões com cultivo de cana-de-açúcar, a mandioca e a agricultura de subsistência eram relegados às terras marginais, e de maneira geral, os plantadores de cana não gostavam da presença da agricultura de subsistência na mesma região, resultando de tal hostilidade o desenvolvimento de uma especialização regional, em que algumas áreas eram voltadas para a cana e outras à mandioca. Houve, no Brasil, dois tipos de agricultura de produtos alimentícios: um deles foi a agricultura de subsistência dos camponeses e o outro a produção de grandes quantidades de farinha de mandioca que eram vendidas para os engenhos e às cidades do litoral. A produção de mandioca, segundo estudos, era uma economia de base escrava para o abastecimento dos mercados internos, embora houvesse a prática de exportação.

Com o problema de abastecimento de alimentos de subsistência nas regiões das grandes lavouras, onde havia a hostilidade dos senhores de engenho com essa prática, o governo colonial tomou medidas para assegurar ofertas adequadas de alimento: exigência de que algumas regiões fossem proibidas de praticar qualquer tipo de agricultura, exceto o cultivo de gêneros alimentícios; exigência de que os senhores de engenho e lavradores de cana plantassem mandioca suficiente para abastecer sua própria força de trabalho escravo; no



entanto, essas e outras medidas tiveram um sucesso limitado (SCHWARTZ, 2004, p.381-383).

As Periferias do Norte e do Sul: São Paulo e as Bandeiras

Além da Serra do Mar um planalto formado pelo rio Tietê e outros rios, de colinas onduladas, clima temperado e população indígena atraiu os europeus, que fundaram o pequeno povoado, logo superado em importância por São Paulo de Piratininga, originalmente uma aldeia de jesuítas fundada em meio aos índios do planalto. Os dois povoados fundiram-se em 1560 e, no ano seguinte, São Paulo foi elevado à condição de vila, um ponto de controle e de contato com a população indígena do interior, fornecida como mão-de-obra para os engenhos da costa. Cultivavam-se uvas, trigo e pequenas quantidades de algodão, cana-de-açúcar e hortaliças. Também se criava gado, mas os índios constituíam o principal recurso da capitania. Com o declínio da população indígena local e os rumores de ouro, prata e esmeraldas no interior, os paulistas voltaram suas ambições para o sertão e aproximadamente na década de 1580 penetraram no rumo oeste ou sul em busca de cativos índios e de riqueza mineral. Essas expedições eram organizadas em forma de companhias quase militares, denominadas “bandeiras”, e seus participantes muitas vezes passavam meses e até anos no sertão. Mais do que o Nordeste, foram provavelmente o Rio de Janeiro e São Vicente que absorveram a maioria dos cativos índios, além de que é possível que as próprias fazendas de São Paulo fossem consumidores de mão-de-obra indígena. Por sua relevância econômica, a mão-de-obra indígena e a escravidão dos índios continuaram sendo aspectos fundamentais da economia paulista durante grande parte do séc. XVII, e uma questão de vital na capitania (SCHWARTZ, 2004, p.385-389).

As Periferias do Norte e do Sul: O Norte Equatorial

O Norte apresentou características semelhantes ao extremo Sul: fracasso na criação de uma economia de exportação adequada, caráter esparsa da população europeia (especialmente a falta de mulheres), pouca quantidade de escravos negros, atitude independente do governo local, fusão cultural e biológica de europeus e índios e, acima de tudo, o papel central do índio na vida da região. O interesse português nas terras do norte só se fez presente quando grupos de outros países instalaram-se na região, como franceses, holandeses e irlandeses. São Luiz e Belém foram as cidades com maior presença portuguesa. No norte, assim como em São Paulo, as áreas colonizadas situavam-se na entrada de bacias fluviais importantes que



facilitavam o deslocamento para o interior, e eram a base de contínuas expedições. Portugueses e seus filhos caboclos, acompanhados de escravos ou trabalhadores índios, organizavam entradas no interior, rios acima, em busca de produtos nativos da floresta, como cacau e baunilha, ou índios que pudessem ser colocados a serviço dos portugueses. Nessas expedições, havia grande fusão cultural dos costumes dos europeus com os dos índios. O distanciamento dos centros de governo da Coroa no Norte, assim como no Sul, garantiu um controle tênue por parte da Coroa e grande independência por parte dos colonos da região.

Desde o início os portugueses tentaram criar no Norte uma economia orientada para a exportação, desenvolvendo lavouras de açúcar iguais às de Pernambuco e da Bahia, mas o desenvolvimento da indústria foi impedido por sérios problemas, como, por exemplo, uma permanente escassez de artesãos e técnicos e a falta de mão-de-obra. O embarque da produção de açúcar para o Norte era sempre irregular, então o açúcar, já de qualidade inferior em relação ao da Bahia, muitas vezes ficava por longos períodos nas docas, depreciando ainda mais o seu valor. Com isso, os colonos e ordens missionárias que possuíam engenhos abandonaram a produção de açúcar para produção a fim de produzir cada vez mais cachaça para consumo local. Também plantava-se algodão, que além de ser usado para a fabricação de roupas grosseiras em todo o Norte, circulava amplamente como uma forma de moeda e só no séc. XVIII passou a ser exportado; anil e café; mas esses produtos fracassaram de forma geral como culturas de exportação, fazendo os colonos dependerem cada vez mais dos produtos da floresta: cacau, baunilha, a salsaparrilha e a tinta de urucum.

Dentre as chamadas “drogas do sertão” a mais importante foi o cacau, que chegou a ser um produto exportada em grande escala, mas no séc. XVIII, devido a escassez de mão-de-obra, de navios e a uma queda nos preços, as exportações tornaram-se mais irregulares. Por fim, o índio é que se tornou a chave do desenvolvimento do Norte, relegados as tentativas de domínio e controle dos colonos e das ordens missionárias, foram escravizados para serem usados em toda a parte (SCHWARTZ, 2004, p.393-398).

O Rio de Janeiro

No séc. XVII o Rio de Janeiro tinha uma economia escravista e exportadora cujo principal produto era a cana-de-açúcar, porém de qualidade duvidosa em comparação ao da Bahia e de Pernambuco. Isso se explicava pelos solos pantanosos e de baixa fertilidade para a cultura da cana. Mesmo assim, o Rio de Janeiro continuou a vender açúcar até 1689. Os recursos utilizados para manter a sua economia de segunda classe provinham de certas



circunstâncias que privilegiavam o Rio. Primeiro, a cidade tinha consciência de suas debilidades, mas também Lisboa e as melhores famílias da conquista sabiam da importância estratégica do Rio de Janeiro para o comércio e a defesa do Atlântico sul luso, deparando-se com a fragilidade militar da metrópole no período considerado. A elite carioca procurava valer-se de tais circunstâncias. Logo, se havia dificuldades, o Rio tinha como barganhar com a Coroa (FRAGOSO, 2006, p.97-200).

O Ouro em Minas Gerais (1690-1750)

A exploração de metais preciosos não foi uma exclusividade de Minas Gerais. Desde os primeiros anos da ocupação colonial havia rumores e a busca por metais preciosos, descobertos em variadas regiões. Ainda assim, a região de Minas destacou-se por ter sido quase inteiramente explorada com proveito, além de servir de base e estímulo para outras explorações a oeste. As principais “áreas de mineração” ficavam circunscritas a São Paulo, Minas Gerais, Cuiabá, Mato Grosso, Goiás e às comarcas de Jacobina, Rio das Contas e Minas Novas de Araçuaí, na Bahia. A descoberta bem-sucedida do ouro levou a uma investigação cuidadosa das velhas rotas para o interior e intensificou a exploração que resultou na descoberta de outros recursos minerais além do ouro, como o ferro, chumbo, cobre, mercúrio, coríndon, salitre, prata e, acima de tudo, diamantes. No entanto, enquanto houvesse ouro de aluvião capaz de proporcionar maiores lucros com menor investimento de tempo, esforço e custo, era pequeno o estímulo ao envolvimento no processo de outros minerais em grande escala (RUSSEL-WOOD, 2004, p.471-473).

Apesar do otimismo inicial das descobertas, a coroa não conseguia acreditar em sua boa sorte e, mesmo no caso de Minas Gerais, não esperava que os resultados fossem duradouros, além da preocupação de que outras nações europeias ouvissem falar das descobertas no Brasil e pudessem invadir a América portuguesa. Frente a isso, em um primeiro momento, a Coroa até mesmo proibiu a exploração do ouro em algumas regiões. Somente quando as garantias de ouro foram confirmadas D. João V autorizou a mineração nas áreas onde antes havia proibido.

Durante todo o séc. XVIII, as câmaras das cidades e vilas da costa atribuíam todos os seus infortúnios à mineração. Uma das queixas era que a sedução das minas afastava homens livres que estariam envolvidos no cultivo da cana, do tabaco ou da mandioca. O maior problema residia no fato de que os fazendeiros, não menos que os mineiros, precisavam de



escravos para o trabalho no campo, e os mineiros ofereciam mais vantagens aos vendedores de escravos: em primeiro lugar, podiam pagar preços mais altos por seus escravos; em segundo, em vez de comprarem a crédito, oferecendo em garantia a produção da próxima colheita, pagavam a dinheiro. Assim, adquiriam os escravos de melhor categoria, não dando espaço para os fazendeiros competirem no processo de aquisição de mão-de-obra. Não bastasse o aumento dos preços dos escravos causado pelas vantagens oferecidas pelos mineiros, a exportação de produtos agrícolas já não era tão lucrativa para o produtor na primeira metade do séc. XVIII quanto o havia sido anteriormente (RUSSEL-WOOD, 2004, p.474-476).

As linhas tradicionais de oferta e procura de gêneros alimentícios também foram destruídas pelo aumento repentino da demanda das regiões mineiras, afetando as áreas agrícolas do Nordeste. A oferta de gêneros alimentícios diminuiu, ou mesmo cessou, em certos lugares em prol das regiões mineradoras. Esse desvio de demanda não só recaiu sobre as mercadorias produzidas no Brasil. Além de itens supérfluos, importações básicas como o sal tiveram seus preços aumentados. Em decorrência dessas pressões financeiras, muitas pessoas dos encaves costeiros migraram para as minas, não tanto seduzidos pela riqueza fácil, mas fugindo da iminente fome e da miséria. Assim, a coroa editou uma série de medidas para proteger a agricultura, cuidando para não desencorajar as iniciativas mineiras. No entanto, a vastidão do sertão, os quadros inadequados das patrulhas e os altos lucros no contrabando, restringiram a eficácia dessas medidas.

Mais premente era a necessidade de garantir que a Bahia e o Nordeste recebessem seu quinhão regular de escravos da África Ocidental e, segundo, garantir que, tão logo chegassem aos portos do Nordeste não fossem transferidos imediatamente para o Rio de Janeiro ou para as minas. Dessa forma, a Coroa limitou os navios que viajavam diretamente para o Rio de Janeiro ou de Santos para Angola e para a Costa da Mina, o que não deteve o tráfico. Também foi proibida a exportação de escravos do Brasil para Minas Gerais: tinha-se de fornecer uma prova de que os escravos não haviam sido retirados das plantações, ou, se tivessem sido, que haviam sido substituídos por igual número de escravos (RUSSEL-WOOD, 2004, p.476-478).

Após a breve revisão bibliográfica realizada, pautada em textos de Mary del Priore e Renato Venancio, Frédéric Mauro, Stuart Schwartz, Russel-Wood e João Fragoso, é possível ressaltar que a economia brasileira não esteve fadada a constantes ciclos de produção, uns em substituição aos outros. Como observado, as variadas empreitadas econômicas coexistiram, ou seja, não foram sucessivamente implantadas em substituição a uma cultura anterior que



teria alcançado seu auge, declinado e deixado de existir. Por outro lado, houve culturas que em determinados períodos se destacaram em relação a outras, ou mesmo tiveram apenas uma produção a se levar em consideração. Não só coexistiram entre si, como muitas vezes influenciaram a produção umas das outras.

Ainda, por mais que o objetivo da exportação estivesse presente e fosse o fim único de algumas produções, existiu um mercado interno brasileiro pautado principalmente em produtos agrícolas de subsistência. Mesmo que fosse tímido, existia e não deve ser menosprezado. Assim sendo, a economia colonial brasileira desenvolveu-se de acordo com certas atividades produtivas diversas e que foram responsáveis pela formação da sociedade brasileira do período.

ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Foram analisados quatro livros didáticos utilizados na rede de ensino regular básica, sendo que três deles são trabalhados no segundo grau e um é voltado para o atual oitavo ano escolar. A análise visou observar a presença ou ausência das teorias historiográficas acima apresentadas.

Denso e informativo, o Livro Didático *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*, das autoras Myruan Becho Mota e Patrícia Ramos Braick, faz uma síntese bem estruturada dos primeiros anos do Brasil. Especificando o desinteresse de Portugal nas novas terras, trata das investidas dos franceses. Assim, inicia a narrativa da colonização brasileira. Destaca a exploração do pau-brasil, citando as feitorias e o escambo com indígenas, para em seguida entrar na discussão acerca das formas administrativas de dominação: as Capitânicas Hereditárias e o Governo-Geral.

Sobre a economia açucareira, o Livro destaca a importância do açúcar, mas, como Schwartz pontua, admite e acentua a existência de atividades subsidiárias coexistentes com a agroindústria açucareira. Explica o porquê da implantação da cana-de-açúcar, quem investiu nela, o tipo de propriedade em que era cultivada (*plantation*) e o funcionamento dos engenhos, sinalizando a complexidade e sofisticação da agroindústria canieira. O texto apresenta outras culturas agrícolas, como o tabaco e o algodão, e descreve a existência de um comércio interno de produtos alimentares, ou seja, foge da visão historiográfica que restringe a produção brasileira ao mercado externo. Dentre os produtos produzidos na colônia, destaca a farinha de mandioca, de milho e de trigo, feijão, açúcar, rapadura, aguardente, toucinho,



charque, couro, fumo, peixe seco e sal. Além disso, reserva itens para a Pecuária do sertão e as especiarias do Norte. Narra a formação das boiadas e o desbravamento do sertão, bem como a ida dos portugueses ao interior brasileiro e a exploração das drogas do sertão.

Quanto ao ouro, o Livro explica a formação das bandeiras e entradas, visando o apresamento de indígenas e a busca de pedras preciosas. Traz toda a questão indígena das reduções, o período da União Ibérica e as descobertas de ouro, trazendo milhares de pessoas para as regiões auríferas. Dessa forma, o papel da metrópole também é explicado, como ela agiu frente as descobertas, desconfiando em um primeiro momento e fiscalizando posteriormente. Por fim, as autoras destacam a descoberta de outros metais preciosos além do ouro, como aconteceu com os diamantes.

Assim sendo, o conteúdo referente à economia colonial presente neste Livro Didático é conciso e coerente com alguns autores aqui revisados, como Schwartz, Mary Del Priori e Renato Venancio, Frédéric Mauro e Russel-Wood. A narrativa fluída consegue prender o leitor. Há o uso de trechos de livros diversos, apresentando embasamento e aprofundamento teórico. Ainda, o uso de imagens e mapas grandes ajuda no entendimento do conteúdo.

Por sua vez, o Livro Didático *História* da coleção *Novo Ensino Médio*, do autor Divalte Garcia Figueira, apresenta-se factual e ao mesmo tempo global. A História do Brasil é contada a partir da exploração do pau-brasil, deixando evidente o sistema de escambo e a existência de feitorias, bem como o desinteresse de Portugal nas novas terras por conta da aparente ausência de metais preciosos e o comércio mais vantajoso com o Oriente. Prosseguindo, o autor inicia a narrativa da organização administrativa dos primeiros anos, destacando a vinda de Martin Afonso de Sousa, as Capitanias Hereditárias e o Governo-Geral, explanando a questão do público e privado.

O Livro, então, parte para a agroindústria açucareira, destacando sua implantação e importância na sociedade da época. Contudo, acaba sendo muito factual e trata de pormenores um tanto irrelevantes ao ensino. Ainda assim, destaca a existência de alimentos de subsistência, afirmando que os mesmos eram escassos, e outras atividades econômicas além do cultivo da cana-de-açúcar. Explana sobre o algodão, o fumo e a pecuária. Quanto à criação de gado, o autor ameniza o deslocamento das boiadas para o interior do sertão, afirmando que tal movimento ocorreu pela escassez de pastagens, ou seja, diverge da visão apresentada por Schwartz, o qual trata desse deslocamento como consequência de uma ação visando o distanciamento das manadas das lavouras de cana-de-açúcar.



Sobre a União Ibérica, o autor destaca as invasões holandesas e lhes credita a crise do açúcar. Ainda, traz a conquista do sertão, seu caráter predatório aos indígenas e a exploração das drogas do sertão, artigos capazes de suprir a falta das especiarias do Oriente. Seguindo o assunto a respeito das caçadas aos indígenas, as bandeiras e entradas são destacadas, para, por fim, o ouro das gerais ganha destaque. O autor traz dados sobre o aumento da população da colônia, atraída pelas descobertas de metais preciosos, e narra as transformações ocorridas no Brasil, sobretudo a maior relação entre Estados, abrindo-se novas estradas para o fluxo dos metais encontrados. São explanadas algumas revoltas do período, a tributação da metrópole e a existência de diamantes.

Assim sendo, o conteúdo referente à economia colonial presente neste Livro Didático é conciso e coerente com alguns autores aqui revisados, como Schwartz, Mary Del Priori e Renato Venancio, Frédéric Mauro e Russel-Wood. No entanto, também diverge em alguns pontos. A narrativa factual dificulta a leitura dos mais desatentos e a linearidade dos fatos proporciona um caráter mecanicista ao conteúdo. Há imagens clássicas e mapas concisos, contudo a formação crítica do aluno é deixada de lado, sendo papel do professor trabalhar esta parte.

Já o Livro Didático *Estudos de História: Sociedades dos Tempos Modernos*, do autor Leonidas Garcia, voltado ao atual oitavo ano do ensino básico (7ª série do ensino fundamental), usa uma linguagem ingênua e moralizante. O livro inicia o conteúdo referente a História do Brasil emprestando um caráter selvagem às terras descobertas e aos nativos. A questão do pau-brasil é brevemente tratada e Portugal é descrito como *país* dono do Brasil e que toma medidas para colonizá-lo na tentativa de evitar que “tomassem o que era seu” (GARCIA, 2000, p.97). Prosseguindo sua narrativa, o Livro parte para a implantação administrativa com as Capitânicas Hereditárias e o Governo Geral de forma superficial. O autor passa a descrever a implantação da cana-de-açúcar, tratada como saída econômica e esquema comercial. Ele afirma que a mão-de-obra utilizada foi, praticamente, só a negra, indagando-se e respondendo porque os índios não foram utilizados, já que eram tantos. Segundo o autor, os motivos foram a oposição da Igreja e o caráter lucrativo do tráfico negro.

Na sequência, as bandeiras ganham destaque, sendo que o autor trata daqueles que entraram no sertão como desbravadores, entretanto aponta que o fizeram em nome do cristianismo e do lucro. A exploração do sertão é tratada e por fim a descoberta do ouro.



Assim sendo, o conteúdo referente à economia colonial presente neste Livro Didático é superficial e não apresenta grandes aproximações com os autores aqui revisados. De fato, por ser voltado para o oitavo ano, o Livro está coerente em não ser tão denso, no entanto a superficialidade com que trata dos conteúdos não permite a apreensão da época estudada. Além disso, estereótipos e preconceitos estão presentes na narrativa solta e intimista. Há poucas imagens relevantes e o uso de títulos e subtítulos exagerados e clichês.

Por fim, o Livro Didático *História: Uma Abordagem Integrada*, dos autores Nicolina Luiza de Petta e Eduardo Aparicio Baez Ojeda, consegue sintetizar e integrar o conteúdo econômico colonial, acompanhando a colonização espanhola. Os autores explanam muito bem o período pré-colonial, especificando o papel de ponto de passagem do Brasil e explicando o funcionamento do escambo e das feitorias, além das investidas de estrangeiros no litoral. A administração metropolitana com seu caráter privado é aludida e explana-se as Capitânicas Hereditárias, fazendo-se resalvas quanto ao funcionamento da máquina administrativa de forma crítica. O Governo Geral é sucintamente, mas suficientemente, apresentado.

O Livro parte para a ocupação efetiva do território e trata da implantação da cana-de-açúcar como uma opção para a agricultura de exportação. Destaca a agroindústria açucareira e explica como era a sociedade do período, destacando a existência de lavouras de subsistência. A pecuária é explanada e parte-se para a União Ibérica e a presença Holandesa no Brasil.

Há um capítulo específico para a expansão territorial e o ciclo minerador. Os autores especificam a interiorização da ocupação colonial através da União Ibérica, da pecuária, do aldeamento religioso e do bandeirismo. Dessa forma, explica as missões religiosas e as bandeiras e entradas, bem como a ocupação do litoral norte e do Vale do Rio Amazonas. Quanto ao ouro na região das minas, o livro destaca as descobertas, os interesses da metrópole, as revoltas, a vida cultural e os diamantes.

Assim sendo, o conteúdo referente à economia colonial presente neste Livro Didático é conciso e coerente com alguns autores aqui revisados, como Schwartz, Mary Del Priori e Renato Venancio, Frédéric Mauro e Russel-Wood. O livro não peca por excessos e as ausências não são relevantes. Além do caráter factual, ele consegue integrar os conteúdos e dar maior dinamicidade à História, apresentando um caráter crítico. Há diversas imagens e os textos são curtos, assim como os capítulos. Há a indicação de filmes e livros, bem como vastos exercícios a se fazer.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002. p. 198-226.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2004, Novo Ensino Médio. p. 146-190.
- FRAGOSO, João. “Principais da Terra, Escravos e República” In: **Ciência & Ambiente 33**. Santa Maria: UFSM, jul-dez 2006. p. 97-120.
- FRANCO JR., Hilário; PAN CHACON, Paulo. **História econômica geral**. São Paulo: Atlas, 1992. p. 87-107.
- GARCIA, Leonidas F. **Estudos de História: Sociedades dos Tempos Modernos, 7ª série**. 3ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2000, 2ª reimpressão, p.95-167.
- MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: a Estrutura Política e Econômica do Império, 1580-1750 In: **História da América Latina Colonial**. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2004. p. 447-476.
- OJEDA, Eduardo Aparicio Baez; PETTA, Nicolina Luiza. **História: Uma Abordagem Integrada**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2003. p. 80-117.
- PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. “Poder e Poderes” In: **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010. p. 40-45.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro, c. 1690-1750 In: **História da América Latina Colonial**. Vol. II. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2004. p. 471-525.
- SCHWARTZ, Stuart. O Brasil Colonial, c. 1580-1750: As Grandes Lavouras e a Periferia In: **História da América Latina Colonial**. Vol. II. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2004. p. 339-421.

Recebido em Julho de 2013

Aprovado em Agosto de 2013